

# **O papel estratégico do diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas**

O papel estratégico do diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas

Desenvolvimento de metodologias

GT 07- Desarrollo territorial y local: desigualdades y descentralización

Profa. Dra Regina Laisner e Profa. Dra. Paula Pavarina  
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPPs  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp  
Franca/Brasil

## **Resumo:**

Os diagnósticos social territorializados são instrumentos capazes de tornar as políticas públicas mais condizentes com a realidade dos locais onde se pretende elaborá-las, implantá-las e também no que se refere à sua avaliação. A suposição de elementos de uma realidade tem marcado a formatação, implementação e mesmo a avaliação das políticas públicas, deixando exposta a ausência de critérios mais adequados gerando, em muitos casos, resultados equivocados. É neste sentido que o NEPPs - Núcleo de Estudos em Políticas Públicas tem trabalhado com esta linha de pesquisa, apresentada nesta comunicação, tendo em vista resultados de pesquisas já realizadas, de modo a propor o diagnóstico socioterritorial como ferramenta essencial para o desenho, elaboração e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Diagnósticos social territorializados, Desenvolvimento local, Políticas Públicas.

## **1- Introdução**

No Brasil, assim como em demais países da América Latina, a despeito de dados mais positivos em relação à economia nos últimos anos, ainda imperam graves problemas sociais. Convivemos cotidianamente com profundas desigualdades sociais, com o desrespeito do direito mínimo à vida, à alimentação, à moradia, à liberdade e à igualdade e com preconceitos de cor, etnia e gênero, que demonstram a urgência de projetos de desenvolvimento que estendam um conjunto de medidas que enfrente a grave "questão social".

A perspectiva em tela é a de que a compreensão adequada do desenvolvimento deve sempre considerar o papel do crescimento econômico, mas não se restringir a ele, uma vez que para além dos aspectos estritamente econômicos, há uma série de aspectos que se referem a outras questões, sobretudo sociais. E seu objetivo, portanto, é destacar a relevância da mensuração deste tipo de informação para a elaboração, efetivação e avaliação de propostas feitas pelos gestores públicos locais, no campo das políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento.

Conhecer para intervir; intervir de forma mais apropriada e avaliar mais adequadamente seus resultados. Estes são os principais benefícios da utilização de diagnósticos sociais para o campo das políticas públicas, sobretudo, àqueles que se apresentam sob uma perspectiva mais ampla que buscam, não somente descrever a realidade dada de certa localidade, mas também suas possibilidades em termos

de desenvolvimento local. É imprescindível que estes diagnósticos sejam territorializados para que se conheça efetivamente a realidade local a qual se busca intervir, nas suas especificidades, assim como nas suas potencialidades.

É neste sentido que o NEPPs - Núcleo de Estudos em Políticas Públicas tem trabalhado com esta linha de pesquisa, de modo a reforçar a importância da construção deste tipo de diagnóstico socioterritorial, de modo a defendê-lo, como metodologia, não só para a realidade brasileira e para onde tem levado a termo suas pesquisas, mas como ferramenta básica e estratégica para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas.

Com o objetivo de esclarecer melhor o que se entende por esta ferramenta organizamos esta comunicação em duas partes: uma primeira onde exploramos a perspectiva teórica básica que orienta o trabalho, qual seja, uma perspectiva de desenvolvimento como liberdade, nos termos de Sen (2000), para além de uma perspectiva meramente vinculada ao desenvolvimento econômico, somente com dados de crescimento econômico, e articulada com o debate sobre a relevância de construção de indicadores sociais e de mensuração da pobreza para repensá-lo; e uma segunda e última parte, na qual apresentamos, inicialmente, uma justificativa para o diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de políticas públicas e, em seguida, em linhas gerais, em que ele consiste, abordando 1) quais os elementos de definição dos territórios, 2) como se dá o processo de produção social do território e 3) a necessidade de indicadores para a construção dos diagnósticos territorializados.

## **1- Uma perspectiva alternativa de desenvolvimento**

Desde meados dos anos de 1980, tem ganhado relevância os estudos e pesquisas voltados à temática do desenvolvimento, que já vinha sendo desenvolvida desde os anos de 1960 mas que ganha força, tanto nos estudos acadêmicos, como na agenda política, com a crise e a estagnação econômica da década considerada ‘perdida’ do ponto de vista do crescimento e do desenvolvimento econômico. A partir daí desenham-se diferentes abordagens analíticas que vêm sendo empregadas para a análise das possibilidades do desenvolvimento. E o que é mais relevante para a discussão que ora se apresenta, abordagens que cada vez mais apontam para a forte articulação do desenvolvimento econômico a aspectos sociais, de modo a incorporar, neste debate, a relevância de indicadores sociais e de mensuração da pobreza para se pensar questões de desenvolvimento.

Esta é a noção que orienta teoricamente este trabalho. De acordo com ela, a compreensão adequada do desenvolvimento deve sempre considerar o papel do crescimento econômico, mas não se restringir a ele, uma vez que para além dos aspectos estritamente econômicos, há uma série de aspectos que se referem a outras questões, sobretudo sociais. Considera-se que o aumento no Produto Nacional *per capita*, síntese do crescimento econômico, não se traduz inequivocamente em melhora das condições de vida dos indivíduos, notadamente a esperança de vida. O Produto Nacional ainda que de forma a considerar a divisão por indivíduo é uma medida de quantidade e não de qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que se refere ao aumento médio da produção nacional, não significando, portanto, apropriação homogênea por toda a população. Ademais, excluem-se de seu cálculo elementos aos quais a atribuição de um preço é impossível, tais como o ambiente natural, social e físico, que podem influenciar ou mesmo determinar as condições de sobrevivência da população. Desta forma, uma vez que dezenas de variáveis podem estar relacionadas à melhoria das condições de vida dos indivíduos, um conceito amplo de desenvolvimento não pode ignorá-las. (Laisner, Mustafa & Pavarina, 2011: 11/12)

Este é um claro exemplo das diversas dimensões que devem ser abordadas quando se discute o desenvolvimento. E nesta direção cumpre destacar as indicações de Sen, referência neste debate. Em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen (2000) coloca como uma de suas ideias centrais a complementaridade existente entre as condições sociais e a “condição de agente individual”, o que

significa dizer que é preciso verificar o alcance da liberdade individual em um determinado contexto. Decorre daí sua noção de desenvolvimento: “[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (Sen, 2000: 10).

Desta maneira, o desenvolvimento é tratado por Sen (2000: 17) “[...] como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Assim, conforme aponta o autor, a expansão do Produto Nacional ou da Renda *per capita* deve restringir-se a um “*meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade” (Sen, 2000: 17), o que implica em que o desenvolvimento dependeria igualmente de direitos civis, políticos e sociais, incluindo capacidades elementares como, por exemplo, ter “condição de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão” (Sen, 2000: 52).

A visão do “desenvolvimento como liberdade” sintetiza, portanto, um novo escopo do desenvolvimento, onde além das condições materiais para tanto, incorpora elementos sociais e também pessoais e subjetivos. O desenvolvimento seria, então, um processo de reafirmação de garantias socialmente conquistadas ou construídas, de modo a evitar qualquer tipo de cerceamento ou constrangimento – seja do ponto de vista social, político, jurídico, institucional ou econômico. Assim, Sen (2000: 55) elenca como liberdades imprescindíveis ao desenvolvimento

(1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência* e (5) *segurança protetora*. Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também tem o efeito de complementar umas às outras. (...) encadeamentos empíricos que *vinculam* os tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçando sua importância conjunta.

A considerar esta perspectiva de desenvolvimento proposta por Sen a temática da exclusão social e da pobreza passa a assumir papel central como desafio a ser superado. E o autor se dedica a ela colocando-se contrário, inicialmente, a uma visão, mais tradicional, meramente quantificável de pobreza e exclusão - como “linha divisória” que faz com que se considere “pobre” um indivíduo ou família com renda insuficiente para acessar bens e serviços, ou seja, a pobreza estaria relacionada à “insuficiência de renda”, assim como considerando como incompleta a abordagem das “necessidades básicas insatisfeitas”, mais recente – patamar mínimo de bens e serviços necessários à sobrevivência, como algo muito relativo.

Para Sen (*apud* Crocker, 1993), a perspectiva das “necessidades básicas” deve ser integrada à noção de “capacidades básicas”. As capacidades básicas incorporam, de um lado, as necessidades atuais das pessoas e, de outro, as capacidades presentes e futuras para supressão destas e outras necessidades. Esta percepção de que a capacitação – “o que as pessoas podem fazer” é libertadora, conjuga-se à perspectiva ampla do “desenvolvimento como liberdade” (Sen, 2000).

Isto posto, a noção de desenvolvimento econômico – acesso e garantia de liberdades individuais – é compatível com a “teoria das capacidades básicas”, enquanto pressuposto para supressão da pobreza e instrumento de inclusão social. Ao mesmo tempo em que as condições macro para surgimento das condições de desenvolvimento dão respaldo às iniciativas mais amplas, a internalização por meio das “capacidades básicas” garantiria a apropriação individual dos benefícios deste processo:

As liberdades individuais são influenciadas de um lado, pela garantia social de liberdades e, tolerâncias e possibilidade de troca e transações. Também, sofrem influência, por outro lado, do apoio público substancial no fornecimento das

facilidades (...) que são cruciais para a formação e o aproveitamento das capacidades humanas. (Sen, 2000: 59, grifo nosso).

O apoio público para melhoria nas condições de acesso às liberdades individuais é fundamental, portanto, por meio de políticas voltadas à supressão de “gargalos” de acesso a elas ou de falhas de mercado. Nesta perspectiva o que Sen (apud Mustafa, 2007: 127) defende é que tão importante quanto ter suas necessidades básicas providas é dispor de condições – meios para fazê-las funcionar e de um conjunto de habilidades para se obter a satisfação das necessidades humanas.

Entretanto, para efetivá-las se faz necessário eliminar as privações de liberdade, assegurando às pessoas, desta maneira, a possibilidade de constituírem-se em agentes ativos, utilizando a própria terminologia de Sen. Isto coloca como desafio tentar romper ou eliminar as barreiras que impedem os indivíduos de expandirem suas liberdades, sobretudo, em sociedades de tamanha desigualdade como a brasileira.

Neste pano de fundo se insere o debate sobre as políticas públicas e com este olhar é que orientamos nosso trabalho. Desde 2006, no início de seus trabalhos, o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, vem estruturando uma série de pesquisas que se configuram como diagnósticos socioterritoriais que se apresentam como ferramenta básica para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas, cujo papel estratégico é investigar quais as reais condições de vida (moradia e entorno domiciliar, escolaridade, trabalho), de maneira a compreender quais os direitos básicos que a população pesquisada usufrui, assim como quais os que não acessa e os que deseja, incorporando deste modo uma visão mais ampla do desenvolvimento, sem perder de vista a estrutura da sociedade, mas nas suas interconexões subjetivas com seus ‘agentes’ ou como assim se deseja que o sejam.

## **2- O diagnóstico socioterritorial**

A elaboração de diagnósticos socioterritoriais são instrumentos capazes de prover o amplo reconhecimento das realidades locais, tornando o desenho, a elaboração e própria avaliação das políticas públicas mais adequadas, e portanto, mais condizentes com os lugares onde se pretende implantá-las, ou mesmo na capacidade de avaliação das políticas já implementadas. Isso tem se tornado não só uma proposição, mas também uma exigência, tanto do ponto de vista interno aos países, à medida em que se democratizam e o clamor por políticas públicas, cada vez mais acertadas e avaliadas, aumenta, assim como quando se considera a cobrança de organismos internacionais, muitas vezes os próprios financiadores desta políticas. Deste modo, reforça-se a importância deste tipo de diagnóstico também pela lógica da sua eficiência, uma vez que vários estudos têm revelado uma série de políticas públicas que até hoje são, pelo menos no caso brasileiro,

caracterizadas por superposições de objetivos, competências, clientelas-alvo, agências e mecanismos operadores; instabilidade e descontinuidade dos programas sociais; insuficiência e ineficiência, com desperdício de recursos; distanciamento entre formuladores de políticas e beneficiários; ausência de mecanismos de controle e acompanhamento de programas” (Draibe, 1995).

A improvisação está presente nas mais diversas etapas de formatação das políticas públicas. Por este motivo, a falta de critério técnico-científico na concepção destas políticas, assim como de seu instrumental, gera resultados os mais equivocados. E a construção da proteção social estatal, que remonta aos anos 1930, no Brasil, mostra que a regulação do Estado brasileiro, no campo das políticas sociais, tem, historicamente, se efetivado mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas. Ademais, tal como salientam Silva e Silva, Yazbek & Giovanni (2004) "a

histórica e profunda concentração de renda decorrente dos modelos de desenvolvimento econômico adotados ao longo da construção do capitalismo industrial no Brasil e a sobre-exploração da força de trabalho vêm se aprofundando apesar da adoção de um conjunto amplo de programas sociais". Tal fato ocorre, de acordo com estes autores, por conta destes programas serem marcados por um caráter essencialmente compensatório, pouco contribuindo para amenizar as condições de pobreza de largo contingente da população brasileira. Explicam os mesmos autores:

Isso ocorre apesar do volume elevado de recursos aplicados e da grande quantidade e variedade de programas. Este sistema tem situado, historicamente, a população beneficiária no campo do não direito ou da cidadania regulada, deslocando o espaço do direito para o terreno do mérito, além de servir como instrumento para a corrupção, demagogia, fisiologismo e clientelismo político (Silva e Silva, Yazbek & Giovanni, 2004: 17).

Conhecer para intervir; compreender anseios para bens responder a eles. Estes são os principais benefícios da utilização de diagnósticos socioterritoriais para delimitação de políticas públicas além das condições estabelecidas pelo mercado e pelos atos ou decisões dos governantes tipo *top-down* to *bottom-up*.

Mas quais são os elementos de definição do diagnóstico socioterritorial?

Trata-se de um reconhecimento do território vivenciado pelos atores que os constituem. Tal como salienta Santos, um reconhecimento do território vivido, habitado pela sua gente e não simplesmente referido a números e informações sem vida sobre ele.

O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2006:15, grifo do autor).

O que Santos está apontando é a necessidade de se tomar o território para além de uma circunscrição territorial. Ademais, não tomá-lo, ainda que para além de um espaço geográfico, como algo inerte, passível meramente de descrição quantitativa e, em pequena parcela, qualitativa, com alguns elementos ainda pouco dinâmicos. Trata-se de reconhecê-lo a partir da sua apropriação, domínio e uso socialmente produzidos segundo processos políticos, econômicos e culturais, como um sistema complexo entre relações materiais compostos por elementos naturais e imateriais como valores, costumes e desejos daqueles que habitam estes territórios.

Assim o território é no fundo, socialmente construído, nas suas inter-relações com elementos concretos da natureza geográfica, a partir de processos instituídos de uma coletividade que o constrói e ao mesmo tempo nele se constrói e, portanto, configurando-se como uma riqueza coletiva. E nesta construção criam-se identidades, lugares específicos, redes de conexões, relações diversificadas, exercícios de poder, produção de conhecimentos, construção de sentidos e compartilhamento de símbolos. Desta maneira, afirma-se que é de suma importância a construção de dados socioterritoriais que possam lidar com estas questões de modo a subsidiar as políticas públicas, pois na prática são políticas que se referem a intervenções que se dão essencialmente nestes territórios assim construídos.

Mas estas interações não se dão somente dentro do território e não se dão isoladamente. Elas fazem parte de um outro conjunto de inter-relações maior que se dá com o restante de sua cidade, de sua região, de seu país, da lógica internacional e assim por diante. Trata-se aqui de reconhecer como se dá o processo de produção social do território.

Para a adequada compreensão deste processo, tanto no Brasil, como em qualquer lugar do mundo, deve-se atentar que qualquer exercício de territorialização deve vir acompanhado de uma reflexão acerca de sua inserção em um realidade mais ampla. Assim, como já dizia Santos (1997: 94 apud Laisner, Mustafa & Pavarina, 2011: 16 ): “[é] a realidade do todo o que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo. Como, desse modo, apreendê-lo?”

Neste sentido o lugar (o espaço) não é um fragmento. Ele se produz na articulação entre o universal e o particular. No lugar podemos identificar elementos globais, ou nos dizeres de Santos (1997: 252 apud Laisner, Mustafa & Pavarina, 2011: 16), “[c]ada lugar é, a sua maneira, o mundo”.

Esta reflexão, por exemplo, no caso brasileiro, leva à consideração da imensa desigualdade social no caso do Brasil, que ainda que tenha tido, ultimamente resultados relevantes no que diz respeito ao crescimento econômico, ainda convive com imenso quadro de desigualdade e pobreza.

Os estudos mais recentes mostram que as regiões Norte e Nordeste ainda apresentam as maiores incidências de miserabilidade. Estados como Alagoas e Maranhão em 2008 apareciam ainda com mais de 30% de extremamente pobres segundo pesquisas de instituições como o IPEA e o Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). O estudo "Geografia da Pobreza", da FGV, aponta que o Nordeste, em 2008, tinha 30,69% de miseráveis (cerca de 16 milhões de pessoas), e o Norte, 19,07% (pouco mais de três milhões de cidadãos), considerando a faixa de miséria ter renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 137. Entretanto, em números absolutos, a região Sudeste é a segunda região com mais pobreza extrema. Os 9,68% de miseráveis no Sudeste significam quase oito milhões de pessoas. E as regiões Sul e Centro-Oeste também apresentam números significativos de extremamente pobres. O Sul tem cerca de dois milhões de miseráveis (7,29%), e o Centro-Oeste, 1,5 milhão de cidadãos (10,49%). Assim pode-se considerar que do ponto de vista da presença de pessoas pobres no total de sua população, o Norte e o Nordeste são as regiões com maiores bolsões. Mas é necessário levar em conta que mesmo as regiões ricas como São Paulo ainda tem um contingente de pobres considerável.

Estes dados permitem afirmar que várias regiões do país, mesmo aquelas consideradas mais desenvolvidas, são habitadas por pessoas que não podem ser consideradas cidadãs, devido às suas condições de vida e a escassez dos recursos existentes. Desta forma, a desigualdade social e a pobreza fazem parte da constituição de muitas destas regiões, agregando a elas uma quantidade significativa de problemas sociais como baixos níveis de escolaridade, precariedade de habitação, baixa renda, exposição a riscos ambientais, que precisam de um reconhecimento detalhado para implementação das políticas sociais necessárias. E isto certamente não ocorre somente no Brasil.

Ademais, vinculada a esta situação de pobreza, ainda no caso brasileiro, cumpre destacar as origens históricas que compõem as diferenças socioculturais da miscigenação e suas respectivas matizes de interpretação elitistas, patrimonialistas e preconceituosas, atualizadas por padrões de pobreza no atual sistema capitalista que depõe contra aqueles que se encontram nesta situação, reforçando agora seus padrões de pobreza.

Tal como reconhecem os urbanistas de orientação marxista, dentro do campo da Sociologia, é nas cidades que se localiza o principal palco da luta de classes inerente ao capitalismo. E este olhar se faz bastante relevante para a compreensão do espaço como “espaço social” termo criado por Lefebvre (Lefebvre, 1974). O espaço seria um desdobramento do conjunto de objetos (tanto naturais, quanto artificiais) que permeiam o meio onde os fatos ocorrem, como o clima, o solo, o ambiente e a localização de uma fábrica, o tamanho da praça do mercado, etc. Porém, mais que isso, o espaço também é desdobramento das ações, como a venda da força de trabalho, a construção da fábrica em si, a alteração do solo, o uso feito da praça, etc. Lefebvre, portanto, indica que o espaço é um produto socialmente construído, superando a forma de concebê-lo como fato natural dos urbanistas da Escola de Chicago que ele critica. Por ser socialmente construída, Lefebvre afirma que cada sociedade produz

seu próprio espaço, e que por vivermos em uma sociedade capitalista, o espaço reflete a necessidade desse sistema, funcionando como ferramenta para a manutenção do capitalismo.

Esta abordagem do território atrai a Geografia, na construção da Geografia Crítica, na década de 1970, com destaque para a obra de Milton Santos, autor já anteriormente citado, que define o espaço como sendo formado pela comunhão do que ele chama de “fixos” (sistema de objetos) e “fluxos” (sistema de ações) (Santos, 1997), sendo o Espaço, portanto, indissociável da História, da Geografia e de todas as outras Ciências Sociais.

Por outro lado, este olhar não deve considerar que os territórios sejam meros receptáculos das mazelas sociais mais amplas donde se inserem. De acordo como Koga e Nakano (2006: 68)

O território brasileiro é constitutivo desses processos e atua na potencialização ou não das diferenças, no aprofundamento ou não das desigualdades. O território é elemento que atua com outros agentes na produção social das realidades coletivas. A grandiosidade do território pode constituir processo emancipatórios, mas pode atuar também na mesquinhez de preconceitos e apartações sociais que provocam erosões nos padrões de civilidade.

Deste modo, incorporar a perspectiva socioterritorial na formulação, implementação, monitoramento, avaliação e revisão das políticas públicas, de acordo com Koga e Nakano (2006: 68), implica "manejar potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações de poder." Uma vez que para estes autores,

O fato de ser criança, negro, mulher, pessoa com deficiência ou idoso, associado à condição de pobreza, pode significar dupla exclusão do indivíduo, do grupo social e de suas respectivas territorialidades. Sobre esses grupos e territórios recai eterna suspeita de incapacidade para o bem ou de incapacidade para o mal. Trata-se de contrapontos socioterritoriais cotidianos vividos por essas populações país afora nas mais de 5.560 cidades, independentemente de sua situação geográfica (Koga e Nakano, 2006: 68/69).

E estes processos não referem-se somente a diferenças entre cidades, mas também se remetem a diferenças regionais no Brasil, que trazem consigo variações nos contextos culturais e ambientais e nos arranjos de relações entre agentes que precisam ser compreendidas para adequada leitura e reconhecimento em um país historicamente marcado pela desigualdade e assimetrias sociais.

Assim pensado como produto social e ao mesmo tempo produtor, o espaço precisa então ser considerado nos diagnósticos socioterritoriais de forma bem mais ampla, ao mesmo tempo em que deve considerar também seus microcosmos. Portanto, trata-se de conhecê-los em relação ao tipo de ocupação que cada território tem, se urbana ou rural, porte dos municípios considerados pelo estudo, perfil da população que o ocupa em termos etários, gênero, etnia, além de condições econômicas e outras informações. Mas também trata-se de considerar estes aspectos de construção subjetiva dos territórios estudados. E isso implica o reconhecimento da necessidade de complementação com outras fontes de dados, para além dos tradicionais mapeamentos da pobreza, vulnerabilidade ou exclusão social das cidades brasileiras "agregando diversidade de olhares sobre a mesma realidade, sobre os territórios" nos termos de Koga e Nakano (2006: 74).

Visto desta forma e consideradas suas várias dimensões, o diagnóstico socioterritorial se constitui em um instrumento que permite a consolidação de um trabalho que inclui não só a identificação das necessidades, a detecção dos problemas prioritários e respectivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais que constituem reais oportunidades de intervenção na construção do desenvolvimento.

Mas trata-se de um desafio para os estudiosos e propositores de políticas, na medida em que estamos falando de um universo considerável de indicadores que permita esta leitura mais abrangente aqui proposta. Mas necessários no sentido de "auxiliar os tomadores de decisão na avaliação do seu desempenho em relação aos objetivos estabelecidos fornecendo bases para o planejamento de futuras ações. Para isso eles necessitam de ferramentas que conectem atividades passadas e presentes com as metas futuras, e os indicadores são este elemento central." (Bellen, 2006: 54)

Através destes indicadores torna-se possível traçar diagnósticos socioterritoriais de modo a dar visibilidade aos territórios, principalmente, aos que os ocupam, seus produtos e produtores, sobretudo, aos seus invisíveis, ou seja, àqueles que encontram-se ocultados nos diversos territórios existentes, a partir de suas necessidades, capacidades, valores, comportamentos, disputas, contradições, desejos, potencialidades, etc., nas várias dimensões abordadas.

### **Referências Bibliográficas:**

BELLEN, Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CROCKER, D. "Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum". **Lua Nova**, São Paulo, n.31, p.99-131, 1993.

DRAIBE, Sonia, "Repensando a Política Social: Dos Anos 80 ao Início dos 90", in L. Sola e L. M. Paulani (orgs.), **Lições da Década de 80**. São Paulo, EDUSP, pp. 201-221, 1995.

KOGA, Dirce; NAKANO, Anderson Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.27, n.85, p. 98-108, mar. 2006.

LAISNER, Regina Claudia; MUSTAFA, Patricia Soraya & PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pinsetta. **Da invisibilidade à visibilidade: pesquisa de condições de vida e pobreza em Franca/SP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*, Paris: Anthropos. 1974

MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Como mensurar a pobreza?: um estudo de indicadores para a construção de um diagnóstico social**. Franca, 2007. Mimeo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA E SILVA, M.O; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. SP: Cortes, 2004.